LEI MUNICIPAL N° 731/2015 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivos da Lei Municipal n° 284, de 30 de Março de 2007, que cria o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB.

A Prefeita Municipal de Santa Cecília do Sul/RS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° - O artigo 2°, da Lei Municipal n° 284, de 30 de Março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 2° - O Conselho a que se refere o Art. 1° da Lei Municipal n° 284, de 30 de Março de 2007 é constituído por 10 (dez) membros, sendo:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

b) 01 (um) representante dos professores das escolas públicas de educação básica;

c) 01 (um) representante dos diretores das escolas públicas;

d) 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas;

e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública;

g) 01 (um) representante do Conselho Municipal da Educação;

h) 01 (um) representante do Conselho Tutelar;

§1º - Os membros do Conselho serão indicados por seus pares, por seus respectivos segmentos, sendo um titular e um suplente.

§2º - Os representantes dos professores, diretores, servidores técnico-administrativos, pais de alunos e estudantes devem ser indicados, em seus pares, pelos respectivos segmentos, através de processo eletivo organizado.

§3º - Não havendo estudantes emancipados ou maiores de idade, este segmento não integrará o órgão colegiado, sendo que, nesta hipótese, o Conselho funcionará com 8(oito) membros.

§4° - Realizadas as indicações, o Prefeito, através de ato próprio, fará as designações para o exercício das funções de conselheiro.

§5° - O mandato dos membros do Conselho será de 03(três) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

§ 6° - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cecília do Sul, 23 de Setembro de 2015

JUSENE CONSOLADORA PERUZZO

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

Jones Ademar Rech

Secretário Municipal de Administração